

As Instituições Federais de Ensino Superior no contexto do debate sobre Reforma do Estado

Secretaria de Ensino Superior - Ministério da Educação

São Paulo - 9 de Fevereiro de 2009

Francisco Gaetani

Secretário-Executivo Adjunto

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Camadas de legislações se sobrepõem ao longo do tempo

- Constituição de 1967 / Decreto Lei 200
- Fundações Públicas de Direito Privado 1987
- Constituição de 1988
- Emenda Constitucional 19 de 1998
- Legislação sobre Fundações de Apoio
- Legislações sobre Agências Reguladoras
- Organizações Sociais de Interesse Público

Cacofonia organizacional

- Autarquias
- Autarquias Especiais
- Agências Reguladoras
- Agências Executivas
- Fundações Estatais de Direito Público
- Fundações Estatais de Direito Privado
- Empresas Estatais (dependentes & independentes)
- Empresas Estatais de Economia Mista
- Organizações Sociais
- Organizações Sociais de Interesse Público

Quais os “dilemas”?

- Natureza (“funções de Estado”, públicas privadas)
- Accountability (Política – Congresso – e Social)
- Financiamento (captação de receitas próprias)
- Contabilidade (pública x privada)
- Pessoal (salários, aposentadoria, estabilidade)
- Transparência (x cultura de confidencialidade)
- “Estrutura de incentivos” – quando existem

Quatro problemas recorrentes

- O estatal e o privado: o difícil debate do público não estatal e das organizações sem fins lucrativos
- O problemático financiamento: recursos orçamentários & receitas próprias de origem governamental e privada
- Pessoal: não há como combinar flexibilidade gerencial com rigidez trabalhista
- Compras e contratos: a problemática visão de que em se tratando de recursos públicos ... Tudo dever ser feito de acordo com a 8666

Impasses acumulados, protagonistas frustrados

- O “arquipélago” de visões do executivo
- As perspectivas contraditórias dos órgãos de controle internos e externos
- A ausência de consenso no âmbito das corporações e da cúpula do Poder Judiciário
- O caráter supra-partidário do desafio
- Problemas colaterais: privatização & terceirização
- A dimensão social da relação com a sociedade

Qual o custo de oportunidade de não se enfrentar o problema?

- Se as instituições importam, as organizações precisam ser repensadas
- O risco que enfrentam é o de descolarem-se, desconectarem-se e virarem irrelevantes
- O país precisa aprimorar as instituições necessárias para seu “funcionamento”
- O desafio é desenvolver as capacidades requeridas para que as instituições cumpram seu papel

Por que a necessidade de um pluralismo consistente

- Desenvolvimento de uma cultura de enfrentamento e processamento de conflitos
- Acomodação democrática, isto é, lidar com a alternância no poder e com visões distintas
- Articulação de consensos (mínimos) no Judiciário de forma a superar contraditórios
- Redução dos custos de transação derivados de incerteza e ambiguidade
- Formação de capital social fundado na confiança e na construção de capacidades institucionais

Quais as mais importantes ações em curso relativas ao tema?

- O projeto que cria as Fundações Estatais de Direito Privado está tramitando no Congresso
- O Governo está revisando o funcionamento das Fundações de Apoio às Universidades
- O Governo está implementando o Portal de Transferências Voluntárias para estados, municípios e organizações não governamentais
- Um grupo de juristas está estudando alternativas para um novo marco legal – compreensivo e abrangente - da administração pública brasileira

Há uma polarização entre as tribos do “Não pode nada” e do “Vale tudo”

- A Constituição de 1988 produziu um retrocesso em relação ao Decreto Lei 200 de 1967
- As reformas gerenciais ensaiadas no Governo FHC não criaram raízes e foram abortadas
- As válvulas de escape para o ativismo governamental nas duas últimas décadas foram a terceirização, as agências internacionais do sistema ONU e as fundações de apoio às universidades
- A dissociação entre o país real e o marco legal precisa ser enfrentada e superada, não aprofundada

Por onde enfrentar o desafio?

- Iniciativa política do Executivo
- A via legislativa (parlamentares & partidos)
- A rota dos watchdogs: MP ou TCU
- O heterogêneo setor público não estatal
- O crescente ativismo da Justiça
- Mobilização da academia e especialistas
- Atenção contínua da mídia